

ACERCA DO CONCEITO DE IMAGINAÇÃO

Autor: Marcelo de Sousa Ferreira Alves¹

Resumo. A imaginação desde sua primeira concepção filosófica sempre foi oposta à razão, e se não oposta, pelo menos inferior. De Aristóteles a Hume o papel da imaginação sempre foi algo fundamental para construção do conhecimento humano, isto é, do conhecimento científico. Desta forma, o escopo do presente artigo tem seu fim em traçar uma linha de raciocínio entre alguns filósofos (Aristóteles, René Descartes, John Locke, George Berkeley e David Hume) que de alguma forma contribuíram para concepção e clareza do papel desse conceito para o conhecimento, mostrando assim como cada um deles entendia o papel da imaginação em sua filosofia.

Palavras-Chave: Imaginação. Filosofia. Conhecimento. Ciência. Epistemologia.

Abstract. The imagination since its first philosophical conception has always been opposed to reason, and not the opposite, at least lower. From Aristotle to Hume the role of imagination was always something essential for construction of human knowledge, that is, of scientific knowledge. Thus, the scope of this article has its end in tracing a line of thought among some philosophers (Aristotle, Descartes, John Locke, George Berkeley and David Hume) that somehow contributed to the design and of the concept paper of clarity for knowledge, thus showing how each of them understand the role of imagination in his philosophy.

Keywords: Imagination. Philosophy. Knowledge. Science. Epistemology.

INTRODUÇÃO

Atribuímos, geralmente, razão (ou conhecimento) à ciência e arte à imaginação; entretanto, para alguns pensadores, a imaginação é tão indispensável para a ciência quanto o alimento é para a vida. Albert Einstein chegou a afirmar que: “A imaginação é mais importante do que o conhecimento, pois o conhecimento é limitado. A imaginação dá a volta ao mundo”.

Mas afinal o que é imaginação e qual sua função na capacidade humana de construção de conhecimento científico? O presente artigo traça um breve paralelo com os principais filósofos que, certamente, foram muito importante para a formulação, construção e compreensão desse conceito.

¹ Graduado e Mestre em filosofia pela UFC. Atualmente professor substituto do IFCE. E-mail: filosofomarcelo@yahoo.com.br

É de suma importante situar a discussão sobre a imaginação no quadro geral da contribuição dos filósofos na medida que foram com eles que esse conceito pôde ser digno de um estudo sério.

O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO EM ARISTÓTELES

Os primeiros escritos sobre imaginação estão em Aristóteles, basicamente em seu livro intitulado: *Sobre a Alma (De Anima)*. A imaginação aparece em meio a sua exposição da tripartição da alma, especificamente na *alma sensitiva*. A alma, para Aristóteles, é o princípio vital, a forma que possui a vida em ato e a confere ao corpo, que seria o substrato material que possui a vida em potência; alma é ato primeiro de um corpo físico orgânico que possui a vida em potência, sendo desta forma o critério que distingue os seres animados dos inanimados. Aristóteles ainda divide a alma em três partes: *vegetativa, sensitiva e intelectiva*.

A alma vegetativa tem por finalidade a nutrição, reprodução, crescimento, como no caso da alma das plantas, por exemplo:

Todo aquele que vive e tem alma, então, é necessário que tenha a alma nutritiva – do nascimento até a morte. Pois é necessário que o que nasceu tenha crescimento, maturidade e decaimento, e tais coisas são impossíveis sem nutrição. Logo, é necessário que a potência nutritiva esteja em todos aqueles que crescem e decaem (ARISTÓTELES, 2006).

Para que haja vida é preciso que haja nascimento e crescimento. Sendo assim, a alma vegetativa é uma característica intrínseca a própria vida, é necessário a todo ser vivo, participando assim das outras partições.

A segunda partição, a alma sensitiva, que é o ponto no qual Aristóteles fala acerca da faculdade de imaginação, não é necessária a todo ser vivo, pois há seres que não a possuem “Mas o animal, por outro lado, é necessário que tenha percepção sensível [e sem isso nada pode ser um animal], se nada em vão faz a natureza” (ARISTÓTELES, 2006). É necessário ao animal ter percepção sensível porque a alma sensitiva é responsável pela sensação, apetite e movimento, que por sua vez é uma característica intrínseca aos animais. Em uma das operações da alma sensitiva encontrasse a imaginação como a capacidade de receber formas sensíveis. O sensível, em Aristóteles, tem um duplo significado, tanto pode ser o ato de perceber, como também os objetos percebidos. Os objetos sensíveis transmitem cor, som,

cheiro e etc. e os sentidos do corpo são capazes de os captarem com os olhos, ouvidos, nariz e etc. Desta forma, tanto o ato de perceber como o objeto percebido só obtém sua finalidade (ou seja, o olho captar a cor e etc.) quando estão ligados, caso contrário não haveria alma sensitiva. Sendo assim, os animais possuem a capacidade de associar determinado cheiro a certa direção pela imaginação, sem haver necessidade de uma racionalidade. Os animais conhecem pela sensação. “No geral e em relação a toda percepção sensível, é preciso compreender que o sentido é o receptivo das formas sensíveis (...) (ARISTÓTELES, 2006).

A terceira e última divisão da alma é a intelectiva, que é responsável pelas formas inteligíveis dos objetos, diferente da imaginação que está ligada ao corpo captando o particular, a alma intelectiva ou racional alcança o abstrato, o universal, a ideia, o conceito:

Ora, se o pensar é como o perceber, ele seria um certo modo de ser afeado pelo inteligível ou alguma outra coisa desse tipo. É preciso que esta parte da alma seja impassível, e que seja capaz de receber a forma e seja em potência tal qual mas não o próprio objeto; e que, assim como o perceptivo está para o objetos perceptíveis, do mesmo modo o intelecto está para os inteligíveis (ARISTÓTELES, 2006)

O intelecto é o que nos diferencia dos animais, o que de é próprio ao ser humano. Enquanto o imaginário percebe imagem, o intelecto percebe o inteligível. Desta forma, a ciência se faz no abstrato, no inteligível, ou seja, na terceira partição da alma. Com tudo que foi dito, Aristóteles conclui que há uma hierarquia das partições da alma, tendo por base o grau de sua complexidade, ou seja, tanto na ordem que são estudadas quanto em suas diferenças:

Pois, sem a nutritiva, não existe a capacidade perceptiva, embora nas plantas a nutritiva exista separada da perceptiva. E, novamente, sem o tato, nenhum dos outros sentidos subsiste, embora o tato subsista sem os outros, pois diversos animais não têm visão, nem audição, nem sensação de odor. E, dentre os que têm a capacidade perceptiva, uns têm a locomotiva e outros não. Por fim, pouquíssimos tem cálculo e raciocínio. Pois, entre os seres percíveis, aqueles em que subsiste cálculo também subsistem todas as demais capacidades. Mas entre aqueles em que subsiste cada uma das outras, nem todos têm cálculo (e alguns nem sequer imaginação, ao passo que outros vivem unicamente por meio dela). (ARISTÓTELES, 2006).

A presença da imaginação não implica, necessariamente, na posse do intelecto, assim também como a nutrição não implica na posse de sensação, mas a imaginação participa tanto de seres intelectivos como de alguns seres não intelectivos. Ainda que a necessidade da

imaginação não esteja ligada a essência da alma intelectual, a imaginação também participa dela, não como algo essencial, mas sim como organização psíquica em abstrato, pressuposta por uma faculdade superior, que é o intelecto. Desta forma, a imaginação, quando relacionada com o intelecto, tem o papel de mediadora.

A imaginação, na alma racional, funciona como mediadora entre sensação e intelecto, pois a dinâmica do conhecimento, no pensamento aristotélico, a partir da percepção, requer precisamente uma mediação entre o que se percebe e o que se pensa. A imaginação, quando ligada ao intelecto, se mostra entre o universal e o particular, entre o físico e o abstrato, se tornando fundamental para construção do conhecimento. É de notar que imaginação enquanto imagem mental, nada tem com o intelecto, mas sim quando ela se apresenta como mediadora.

O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO EM RENÉ DESCARTES

René Descartes rejeita² a concepção aristotélica da tripartição da alma, e traz consigo uma nova concepção de alma. A novidade está na utilização do termo *espírito* quando se refere à alma. É uma novidade na medida que os escolásticos-aristotélicos entendiam por *espírito* somente a parte racional da alma humana, ou seja, *espírito* seria a terceira partição da alma, a alma intelectual. Na rejeição da tripartição, Descartes propõe que alma, em seu sentido original, só se refere ao espírito, negando o uso do termo às demais partições. Fica claro nessa citação em resposta a Gassendi (que apontou em Descartes um “equivoco” no uso da palavra alma, já que ele (Gassendi) não havia percebido que não havia equivoco algum, mas sim uma mudança de concepção) sua novidade acerca do tema:

Buscáis aqui a obscuridade por causa do equívoco que reside na palavra *alma*, mas eu esclareci nitidamente tantas vezes que me envergonho de repeti-lo aqui; e é por isso que direi apenas que os nomes foram ordinariamente impostos por pessoas ignorantes, o que faz com que não convenham sempre propriamente às coisas que significam; no entanto, desde que foram aceitos, não temos liberdade de muda-los, mas podemos apenas corrigir suas significações quando vemos que não são bem compreendidas. Assim, visto que os primeiros autores dos nomes talvez não distinguiram em nós aquele princípio pelo qual somos alimentados, crescemos e realizamos, sem o pensamento, todas as outras funções que partilhamos com os animais, daquele outro pelo qual nós pensamos, eles denominaram ambos os princípios com o mesmo nome de *alma*; e, vendo pouco depois que o pensamento era diferente da nutrição, deram o nome de *espírito* a esta coisa que em nós tem a faculdade de pensar e acreditaram que era a parte principal da alma. Mas eu, tendo

² A concepção de alma aristotélica permaneceu basicamente a mesma até ser reformulada por René Descartes.

cuidado que o princípio pelo qual somos alimentados é inteiramente diferente daquele pelo qual pensamos, disse que o nome alma, quando se refere ao mesmo tempo a um e outro, é equívoco, e que, para tomá-lo precisamente como esse primeiro ato ou essa *forma principal do homem*, ele deve ser somente entendido como aquele princípio pelo qual pensamos; desta maneira chamei-o o mais das vezes pelo nome de *espírito*, para evitar esse equívoco e essa ambiguidade. Pois não considero o *espírito* como uma parte da alma, mas como toda a alma pensante. (DESCARTES, 2010)

Como foi entendido na citação acima, alma é sinônimo de espírito e espírito é sinônimo de pensamento. Falar de alma não é mais falar de nutrição, reprodução, sensação ou imaginação, mas sim falar do puro pensamento enquanto tal. Desta forma a imaginação, que participava da alma sensitiva, é absolutamente afastada do pensamento, da alma, estando intimamente ligada aos órgãos corporais, ou seja, estando ligada ao plano dos sentidos. Mas embora isso, Descartes define imaginação, em seu livro *Discurso do Método*, como “uma forma de pensar particular às coisas materiais” (DESCARTES, 2010). Nessa definição, “uma forma de pensar”, parece que a imaginação de alguma forma faz parte do pensamento, da alma, contradizendo tudo o que foi dito anteriormente. Entretanto, há uma ressalva em seu livro *Meditações Metafísicas*, especificamente na sexta meditação, ele nos diz que a imaginação “de modo algum é necessária à minha natureza ou a minha essência, isto é, à essência do meu espírito” (DESCARTES, 2010). Bem, isso parece um tanto quanto problemático na medida que a imaginação participar do pensamento, pois é “uma forma de pensar”, mas ao mesmo tempo não participa, pois não faz parte de sua essência. Em uma de suas cartas a Mersenne, Descartes resolve claramente esse problema:

É num outro sentido que englobo as imaginações na definição de *cogitatio* ou pensamento; e num outro ainda que delas a excluo, a saber: corporais que devem estar no cérebro para que imaginemos não são pensamentos, mas a operação do espírito que imagina, ou seja, que se dirige para essas espécies, é um pensamento. (DESCARTES, 2010).

Segundo a citação acima há dois sentidos de imaginação em Descartes, já que ele mesmo fala em imaginações. Enquanto a primeira está ligada à figura, ou seja, à imagem, a outra está ligada à própria capacidade de imaginar, que essa faz parte da alma. Olhando mais de perto essa distinção ela ainda permanece um pouco problemática, na medida que a capacidade de imaginar ou a operação do espírito que imagina, não parece ser a mesma coisa que imaginação, mas sim a condição necessária para o surgimento da imaginação. De

qualquer forma, isso apenas implica em dizer que o pensamento é independente da imaginação, mas não ocorrendo o mesmo no contrário. Sendo assim, a imaginação faz parte do pensamento, mas o pensamento não faz parte da imaginação.

O pensamento não marca sua superioridade em ser condição da imaginação, ou seja, que para que possamos imaginar temos que necessariamente pensar, isso só mostra sua independência. Sua superioridade consiste no objeto do qual trabalha, a saber: o universal. A imaginação concebe com imagens, o pensamento concebe sem imagens. A imaginação trabalha com o particular, o pensamento com o universal. Para além de Pedro, Paulo, José, que são particulares, o pensamento extrai de si a noção comum, a ideia universal, o conceito de homem. Desta forma, toda e qualquer ciência só pode ser feita pelo pensamento, pois, como diz Descartes nas *Regras Para Direção do Espírito*: as ciências “residem inteiramente no conhecimento que o espírito possui (...) dado que todas as ciências não são outra coisa que a sabedoria humana” (DESCARTES, 2010). A imaginação está ligada com opiniões, com sensações, com experiência, onde se origina todos os nossos erros. O pensamento quando formula suas ideias universais, suas noções comuns, extrai de si mesmo. Como o pensamento independe da imaginação, seus objetos de estudo também, suas ideias tem origens em nosso próprio nascimento. Como foi dito, a imaginação concebe os objetos corpóreos, os que afetam os sentidos, desta forma suas ideias tem origens empíricas. O pensamento, ao contrário, como independe da imaginação e dos sentidos, tem suas ideias inatas.

Em sua mais sublime obra, *Meditações Metafísicas*, um de seus maiores propósitos é justamente demonstrar a independência e a superioridade do pensamento sobre a imaginação. Segundo o próprio autor, o pensamento é uma substância, ou seja, existe independentemente da imaginação. Em suma, em Descartes a imaginação é desvalorizada em comparação com o pensamento, a imaginação ama o erro e a falsidade, o pensamento ama a verdade, e quanto mais nos afastarmos da imaginação mais nos aproximaremos da razão.

O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO EM JOHN LOCKE

Locke é bastante conhecido por sua famosa crítica às ideias inatas, crítica essa que levou a filósofos como Leibniz e Berkeley, por exemplo, dedicarem uma obra inteira exclusivamente voltada a considerações acerca do seu livro *Ensaio Sobre o Entendimento*

Humano. O *Ensaio* tem como propósito “investigar qual é a origem, a veracidade e a extensão do conhecimento humano” (LOCKE, 2010). Bem, essa proposta lockeana não é algo inovador, pois já observamos isso em Descartes, mas é uma retomada crítica da gnosiologia cartesiana.

Locke parece aceitar a contraposição entre entendimento e imaginação, pois só pelo entendimento chegamos as ideias abstratas, mas isso não significa dizer que elas sejam inatas e nem significa dizer que entendimento e alma sejam a mesma coisa. Locke demonstrará a insuficiência em afirmar que as ideias abstratas sejam inatas. Desta forma sua crítica segue-se não à imaginação, mas ao entendimento como possuidor de ideias inatas.

Primeiro, os sentidos deixam entrar as ideias particulares e com elas como que abastecem um armário ainda vazio; depois o espírito gradualmente vai-se familiarizando com elas, alojando-as na memória e dando-lhes nomes; por último, faz sobre elas abstrações e, pouco a pouco, aprende a usar nomes gerais (LOCKE, 2010).

Na citação acima há uma enorme discordância com o pensamento cartesiano que afirmava que o pensamento difere dos sentidos, da imaginação. Locke nos mostra uma interação entre os objetos de estudo da imaginação (que são as ideias particulares) com os objetos do entendimento (ideias abstratas). De uma forma gradual através das abstrações, fazendo uma espécie de síntese do particular, o entendimento reúne os dados empíricos os convertendo em universal.

Afirmar que o entendimento possui ideias inatas é um tanto ingênuo para Locke, na medida que existem contra exemplos que mostram sua falsidade. Mas aqui seria pertinente perguntar: o que caracteriza uma ideia como inata? Ideias inatas, segundo Locke, são ideias que são aceitas por toda a humanidade, e por tanto são universais. Desta forma, dizer que uma ideia é inata é o mesmo que dizer que ela é universal, válida pra todo e qualquer ser humano, e impressa desde o momento de nosso nascimento. Embora se tome inato como sinônimo de universal, nosso autor demonstra que não há uma identidade entre ambos conceitos:

(...) ainda que seja verdadeiro, como matéria de facto, haver certas verdades que toda humanidade reconhece, isso não prova que elas sejam inatas, desde que seja possível, como presumo, explicar o fato por outra forma (LOCKE, 2010).

Sendo assim, Locke inicia desconstruindo essa suposta identidade entre inato e universal. Para tanto, bastará mostrar um contra exemplo no qual carregue consigo tal desconstrução. Locke evoca dois argumentos supostamente inatos: “*o que é, é*” e “*é impossível que a mesma coisa seja e não seja ao mesmo tempo*”. Como foi dito anteriormente, basta mostrar a falsa identidade e será o bastante para a destruição do argumento inatista. Se direcionarmos nossos olhos para as *crianças e os idiotas* perceberemos que eles não têm o menor conhecimento disso, diz Locke, pois se ambos têm alma, e, portanto, princípios nela impressos, teriam que de maneira obrigatória aceitar sua necessidade, mas, no entanto, isso não ocorre. Sendo assim, tal argumento demonstra a impossibilidade de uma universalidade, já que tais verdades válidas para todo e qualquer ser humano, não vale para todo e qualquer ser humano³.

De facto, nem as crianças nem os idiotas têm o menor conhecimento. E tanto bastará para destruir o consenso universal exigido pelas as verdades inatas. Efectivamente, afigura-se-me quase uma contradição dizer que há verdades impressas na alma que podem não ser conhecidas: imprimir, neste caso, se significa alguma coisa, significa precisamente tornar conhecido; pois a impressão, no espírito, de verdades que o espírito ignore, dificilmente terá algum sentido (LOCKE, 2010).

O inatista⁴ poderia levantar uma questão dizendo que tais ideias estão no espírito, mas que algumas nunca teremos conhecimento. Locke diz que se assim for, essas ideias não são coisas nenhuma, na medida que tais ideias ou noções estejam impressas no espírito e o espírito as ignore; e se está no espírito (ou na consciência) significa que são conhecidas. Está no espírito ou no pensamento e não serem conhecidas é quase uma contradição, dirá Locke⁵.

O inatista poderia levantar uma outra hipótese afirmando que só quando chegamos a idade da razão é que percebemos essas ideias e que os loucos e as crianças não chegaram ou não chegarão à ela. Mas nosso autor nos dirá que existem diversos seres humanos que chegam

³ Talvez devido à essa crítica lockeana o conceito de universalidade tenha ganhado um outro sentido em filósofos posteriores, como em Kant por exemplo, onde universal significa todo o juízo que segue de uma necessidade lógica, independentemente se uma classe da humanidade não a reconheça.

⁴ Aqui um cartesiano, já que tal obra é diretamente direcionada a filosofia de Descartes.

⁵ Bem, se olharmos mais de perto perceberemos que essa passagem é uma crítica bastante pertinente ao pensamento cartesiano. Descartes afirmava que somos seres conscientes, que estamos sempre pensando. Se admitimos que há ideias inatas na consciência, no pensamento, e que algumas delas não serão conhecidas, é afirmar que o pensamento esconde uma inconsciência, ou seja, pensamento é consciência, e ter ideias na consciência que a consciência não conheça é o mesmo que afirmar que há uma não-consciência na consciência, um inconsciente no consciente. A postura de Locke não é adotar um inconsciente, mas que tal postura cartesiana acaba caindo nesse equívoco.

a tal idade e não tem a menor consciência de tais ideias. Locke aceita, de certa forma, a idade da razão como meio para se chegar as ideias abstratas, mas nega que junto com essa idade venha, concomitantemente, as ideias abstratas: “considero necessário que os homens atinjam o uso da razão para que cheguem ao conhecimento dessas verdades gerais; mas nego que a sua descoberta se dê na altura em que entram no uso da razão.” (LOCKE, 2010).

Mostrar a incapacidade da existência de ideias inatas é, ao mesmo tempo, mostrar a dependência do entendimento em relação à imaginação, na medida que as ideias abstratas não tem sua origem no próprio intelecto (já que não são inatas) dependem dos sentidos para o seu surgimento. Uma prova dessa dependência está na clássica crítica lockeana ao eu pensante. Descartes afirmou em seu livro *Discurso do método* que sempre pensamos, mesmo nos enganando, sonhando e etc. Locke contra argumenta afirmando que quando dormimos e não sonhamos poderíamos dizer que estávamos pensando?

Pelo menos, aqueles a quem alguma vez acontece *dormir sem sonhar* nunca poderão estar convencidos de que os seus pensamentos estejam ocupados, por vezes durante quatro horas, sem que eles o saibam; e se são surpreendidos no próprio acto, despertados a meio dessa contemplação sonolenta, não podem de modo algum dar conta dela (LOCKE, 2010).

O que Locke diz na citação acima é que não podemos afirmar que somos sempre conscientes, que sempre pensamos, pois há casos dos quais isso escapa, como no sono, por exemplo. Só o que podemos afirmar é o que a experiência nos mostra. A experiência é o critério da consciência, só pensamos quando experienciamos o pensamento. Desta forma, o pensamento é apenas uma faculdade para Locke, não é o mesmo que alma, mas sim uma capacidade da alma. Em suma, Locke não nega que só chegamos a ter ciência pelo entendimento, o que ele nega é a independência do entendimento em relação à imaginação. O entendimento e a imaginação são aliados na construção do conhecimento, diz Locke, fazendo assim um elo necessário para todo e qualquer raciocínio científico.

O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO EM GEORGE BERKELEY

Bem, até aqui vimos que tanto Descartes como Locke acreditavam que só pelo entendimento que obtemos conhecimento, embora discordem plenamente dos meios pelos quais o entendimento chegue a formular seus conteúdos. O entendimento, segundo esses

autores, trabalham com ideias abstratas, que são responsáveis pelo conhecimento. O objeto de estudo do entendimento, do pensamento, da razão, da consciência são as ideias abstratas, e a imaginação trabalha com o particular, com a imagem. Em Berkeley a coisa muda completamente, ele desconstrói o objeto do entendimento, desconstruindo assim o papel do entendimento no conhecimento humano, e faz da imaginação o mais novo guia das ciências.

Um dos motivos que consolidou George Berkeley como um dos pensadores fundamentais na filosofia, foi justamente a sua brilhante crítica acerca das *ideias abstratas*. Tal crítica se encontrará tanto no livro *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*⁶, quanto no livro *Três diálogos entre Hylas e Philonous*.

Logo no parágrafo 4 da introdução do seu *Tratado* Berkeley diz assim:

O meu propósito é, portanto, tentar descobrir os princípios que introduziram todas essas dúvidas e incertezas, esses absurdos e contradições nas diversas seitas filosóficas, a tal ponto que os homens mais sábios chegaram a pensar que a nossa ignorância é incurável, imaginando que ela surge da fraqueza e limitação de nossas faculdades⁷. (...) que estorvam e impedem a mente em sua busca da verdade, não surgem de nenhuma obscuridade e complexidade nos objetos, nem de defeitos no nosso entendimento, mas de falsos princípios que tem sido aceito e que poderiam ter sido evitado (BERKELEY, 2008).

Fica claro na citação acima, que Berkeley identifica um falso princípio entre as demais correntes filosóficas que as fazem cair em erros e discordâncias. Princípio este que diz que “a mente tem o poder de formar *ideias abstratas* ou noções das coisas”⁸ (BERKELEY, 2008). Segundo tais filósofos, diz Berkeley, a mente é capaz de separar ou abstrair qualidades existentes nas coisas e assim formar tais ideias, como por exemplo: a ideia de extensão, cor e movimento. Ele exemplifica como se dá essa passagem de abstração feita pelo intelecto⁹

(...) ela [a mente]¹⁰ considera separadamente e seleciona sozinha o que é comum, formando, a partir disso, uma ideia mais abstrata de extensão, a qual não é nem linha, nem superfície, nem sólida nem tem nenhuma figura ou grandeza, mas uma ideia totalmente prescindida de todas elas. Da mesma forma, quando a mente deixa

⁶ Seu principal livro.

⁷ Menção diretamente direcionada a Locke, que acreditava que nossas faculdades serviam apenas a conservação e os bens vitais.

⁸ Essa crítica se estende não só a Locke, mas a todos os filósofos que se utilizam de tal princípio. Embora a crítica de Berkeley tenha por foco Locke, devido a adoção da crítica lockeana por seus contemporâneos, nosso autor dirige sua crítica as ideias abstratas em si. Desta forma não importa se o princípio diz que “a mente constrói as ideias abstratas” ou “se elas simplesmente nascem conosco”.

⁹ Aqui ele está tomando a postura de construção da abstração feita por Locke em seu *Ensaio*.

¹⁰ Inclusão minha.

de lado nas cores particulares percebidas pelos sentidos que as distingui umas das outras e retém somente aquilo que é comum a todas, forma a ideia de cor em abstrato, a qual não é nem vermelha, nem azul, nem branca, nem de nenhuma outra cor determinada. E a mesma maneira, ao considerar o movimento separadamente, não apenas do corpo que se move, mas também da trajetória que ele descreve ao se mover e de todas as direções e velocidades particulares, forma a ideia abstrata de movimento, a qual igualmente corresponde a todos os movimentos particulares que possam perceber pelos sentidos (BERKELEY, 2008).

A citação acima está coberta por uma ironia, pois logo mais Berkeley nos diz:

Se outros tem essa maravilhosa faculdade de *abstrair suas ideias*, é algo que poderão dizer melhor do que ninguém. Quanto a mim, posso dizer, certamente, que tenho a faculdade de imaginar ou de representar para mim as ideias daquelas coisas particulares que percebi e de combiná-las e dividi-las das mais variadas maneiras (BERKELEY, 2008).

Segundo Berkeley, não conseguimos conceber tais ideias abstratas, ou qualquer delas, pois quando a representamos as fazemos de maneira particular, como por exemplo, a ideia de homem que para concebê-la teremos que imaginar branco, ou preto ou moreno, direito, curvo, alto ou baixo e etc., ou um dos exemplos citados a cima, como o de movimento, que para ser concebido teria que ser imaginado um corpo rápido ou lento, curvilíneo ou retilíneo.

Se pensarmos: o que seria um homem abstrato? Seria um homem que não teria idade, tamanho ou cor definida, mas concomitantemente estaria inclusa todas as características possíveis, como todas as cores, idades e tamanhos; da mesma forma seria o movimento, não poderia ser um corpo rápido ou lento, curvilíneo ou retilíneo, mas perpassa por todos os corpos seja lento ou rápido, curvilíneo ou não. O Berkeley aqui tem como intenção é mostrar que só podemos pensar ou conceber a ideia de homem com tais características, possuindo tamanho definido, cor definida e figura definida. Desta forma, tais ideias ditas abstratas não possuem o menor significado, já que nem podemos sequer concebê-las ou representá-las. A imaginação agora ganha passagem devido o absurdo que se apresenta no abstrato. A impossibilidade do abstrato aponta para uma outra fonte de conhecimento, uma fonte da qual a imaginação será detentora.

Considerando o que foi dito acredito que aqui surgem algumas questões como: Em Berkeley não há entendimento? Como é possível pensar em universalidade a partir da imaginação? Desta forma, como é possível pensar em ciência pela imaginação? Bem, Berkeley inaugura um novo conceito de entendimento que, ligado à imaginação, passa a ser

ciência. Ciência trabalha com *ideias gerais* e não com ideias abstratas, dirá ele. *Ideias gerais* são ideias particulares das quais representam todas as outras ideias particulares do seu gênero. Nas palavras de Berkeley: “(...) uma ideia considerada em si é particular, mas ao representar ou significar todas as outras ideias particulares do mesmo tipo torna-se geral” (BERKELEY, 2008). Peguemos um homem particular e ele representaria todo o homem da mesma espécie. Poderiam aqui dizer: Mas para que possamos minimamente perceber uma unidade entre os homens particulares, temos que pressupor uma ideia abstrata do mesmo. A resposta é a mesma, não há necessidade alguma de nos remetermos as ideias abstratas, mas sim a relações. A universalidade não está no homem particular ou na ideia abstrata, mas nas *relações de ideias*.

A universalidade, até onde posso compreendê-la, não consiste na natureza ou na concepção positiva e independente de alguma coisa, mas na relação¹¹ que ela possui com os particulares significados ou representados por ela (BERKELEY, 2008).

De acordo com o que foi dito, a ideia seja ela tomada em si mesma não possui universalidade alguma, sua universalidade está nas relações que ela estabelece com as demais ideias. As relações são percebidas pelo entendimento, diz Berkeley, nos mostrando o novo papel do entendimento humano. Enquanto a imaginação representa as ideias particulares, o entendimento será a capacidade pela qual percebe as relações ou conexões com outros particulares que as fazem ideias gerais¹². Desta forma, para haver universalidade não temos que pressupor nenhuma ideia abstrata, mas sim relações de ideias. Relações de ideias também são ideias, como por exemplo: digo que todas essas maçãs que aqui vejo são maçãs porque há semelhança entre elas, seja ela qual for. A ideia de semelhança, que por sua vez é uma ideia de relação, não pode ser entendida como abstrata, mas como uma representação particular de relações particulares. Sendo assim, as relações são condições para que possamos pensar em universalidade, desta maneira se quisermos falar de homem peguemos Pedro, que representaria todos os outros homens particulares.

A origem das ideias abstratas, segundo diz Berkeley, surgiram da opinião de que para cada palavras haveria um significado, e desta forma houve milhares de escrúpulos entre os

¹¹ Itálico meu

¹² Não há uma elevação de grau. Quando a ideia particular é representada e depois relacionada, não se tira daí o abstrato dela, mas sim ela continua em seus graus imaginários.

filósofos, onde atribuíam palavras sem o menor significado, não denotando nada. E se quisermos percorrer o caminho da verdade, da ciência, basta nos afastarmos das palavras. “Basta-nos retirar o véu das palavras para contemplar a mais bela árvore da ciência, cujos frutos são excelentes e estão ao alcance de nossas mãos” (BERKELEY, 2008).¹³

Em suma, com Berkeley nós temos a imaginação inseparável da construção do conhecimento, da ciência. O conceber não tem mais uma dualidade¹⁴, conceber é imaginar. E o entendimento agora é entendido como a capacidade pela qual percebe as relações ou conexões contidas nas ideias. Não é que o entendimento faça a relação, mas sim que ele as identifique.

O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO EM DAVID HUME

Hume acreditava que a chave para compreensão do homem, da natureza humana ou da ciência do homem, é a compreensão da estrutura funcional da mente. Não é à toa que na introdução de uma de suas célebres obras *Investigações Acerca do Entendimento Humano*, ele irá propor fazer uma “geografia mental”, ou seja, delimitar o território, área ou lugar de cada função mental. Na procura dessa geografia mental, Hume se depara com um problema fundamental, o problema de identificar a função da imaginação, pois, como bem percebe Deleuze: “Hume afirma constantemente a identidade do espírito, da imaginação e da ideia” (DELEUZE, 2008). A imaginação tem várias funções ou papéis no processo cognitivo, e as vezes se confunde com o próprio processo cognitivo, a ponto de percebermos uma identidade entre ambos. Ao longo do segundo e do terceiro capítulo serão analisados esses papéis.

Hume herda de Berkeley quase toda sua compreensão sobre imaginação. Quando Berkeley diz que o uso geral de uma ideia não implica em um processo de abstração, ou seja, generalização não implica em abstração, ele limita ideia à imagem. Uma ideia particular pode representar todas as ideias possíveis, não por abstração mas sim por relação, desta forma Berkeley é precursor de Hume, limitando todo o nosso conhecimento a imagem, a

¹³ Não é que a filosofia de Berkeley trabalhará sem as palavras, já que isso é impossível, mas sim que, ao invés de palavras denotarem ideias, teríamos que nos esforçar para fazer o oposto, pois desta forma nossas palavras teriam significado.

¹⁴ Conceber com imagens e sem imagens.

imaginação. Por isso Hume dirá que a imaginação está no limite do pensável, sendo assim o critério da relação entre possível e impossível:

É uma máxima estabelecida da metafísica *que tudo que a mente concebe claramente inclui a ideia da existência possível*, ou em outras palavras, *que nada que imaginamos é absolutamente impossível*. Como podemos formar a ideia de montanha de ouro, concluímos que uma montanha assim pode realmente existir. Não somos capazes, porém, de formar a ideia de uma montanha sem vale e por isso a vemos como impossível. (HUME, 2009)

Um juízo qualquer só é possível se for passível de ser imaginado, seja de que forma for. Mas quando a imaginação é vedada, temos o seu limite no não imaginado (um exemplo poderia ser de um círculo redondo).

Diferentemente de Berkeley, que mostrava um caráter passivo da imaginação, Hume, pelo contrário, tornará evidente a atividade e a participação da imaginação na estrutura cognitiva da generalização da ideia. Não só isso, Hume vai além da mera participação da imaginação na construção de uma ideia geral, ele eleva a imaginação ao campo da memória, do entendimento, das inferências causais e das crenças.

A imaginação está, na ciência do homem de Hume, na base de todos os nossos pensamentos, raciocínios, sentimentos e ações, a partir da disparidade de funções que ela exerce. Percebemos, já nas primeiras páginas do livro 1 do *tratado*, a ambiguidade de seu significado. A primeira aparição no livro, a imaginação tem o caráter de ser uma livre faculdade de transpor e transformar as ideias (HUME, 2009). Já, mais afrente, ela é “guiada por alguns princípios universais, que a tornam, em certa medida, uniforme em todos os momentos e lugares” (HUME, 2009). E, nas últimas páginas, é o fundamento da memória, dos sentidos e do entendimento (HUME, 2009).

Quando Hume escreve sobre de memória e imaginação o critério de distinção parece ser bastante problemático para ele, pois o mesmo muitas vezes admite que muitas de nossas ideias chegam a ficar tão fracas que não distinguimos se é uma ideia da memória ou da imaginação.

Frequentemente, quando as ideias da memória se tornam muito fracas e pálidas, ficamos indecisos a seu respeito; e não sabemos como determinar se uma imagem procede da fantasia ou da memória, quando não está pintada com as cores vivas que distinguem esta última faculdade. Acho que me lembro de tal acontecimento, diz alguém, mas não tenho certeza. Um longo intervalo de tempo quase o apagou de

minha memória, e não sei dizer se é ou não um mero produto de minha fantasia. (HUME, 2009)

Sendo assim, seu critério de distinção não abarcaria algo tão concreto. O critério é força e vivacidade:

É evidente, mesmo à primeira vista, que as ideias da memória são muito mais vivas e fortes que as da imaginação, e que a primeira faculdade pinta seus abjetos em cores mais distintas que todas que possam ser usadas pelas últimas. (HUME, 2009).

Por outro lado, o oposto também pode ocorrer. As ideias da imaginação podem se tornar tão vivas que não as distinguimos das ideias da memória:

(...) em contrapartida, uma ideia da imaginação pode adquirir tal força e vividez que chega a passar por uma ideia da memória, simulando seus efeitos sobre a crença e o juízo. Isso pode ser notado no caso dos mentirosos, que, pela frequente repetição de suas mentiras, acabam finalmente por acreditar nelas, e lembram-se mesmo delas como realidade. (HUME, 2009)

Há ainda outro critério posto pelo autor, critério que a imaginação tem a liberdade de transformar as ideias da maneira que lhe bem aprouver (HUME, 2009), enquanto a memória é restrita a ordem e posição das ideias (HUME, 2009). No entanto, esse critério também não é tão preciso, pois teríamos que sempre retornar as impressões para saber se a ideia seria da imaginação (possuindo algumas variações) ou da memória, já que as impressões são os dados originários das ideias.

Observamos em Hume, pelo menos em suas distinções e juízos, não costumar mostrar critérios de distinções absolutos devido ao seu estilo ensaístico e cético de ser, então não podemos ter um critério absoluto de distinção entre essas faculdades, a não ser o critério “frouxo” estabelecido pelo próprio autor. Na conclusão do livro 1, o autor afirma que a memória é fundada na imaginação (HUME, 2009), assim não assumindo um caráter de distinção, mas que a memória dependeria de alguma forma das operações da imaginação.

As relações da imaginação com o entendimento também são muito próximas, já que ambas constroem raciocínios e se utilizam de associações de ideias. Hume usa o termo “entendimento” no sentido de demonstração e também de raciocínios causais ou prováveis. Mas como foi dito, o entendimento é fundado na imaginação, e se opõe a ela em determinado sentido.

A imaginação tem o poder de nos fazer raciocinar causalmente e, concomitantemente, de crer nos objetos externos que vão para além do percebido. Embora essas duas operações (raciocinar e acreditar) nos apareçam contíguas, elas podem, algumas vezes, entrar em atritos, pois “é-nos impossível raciocinar de maneira correta e regular a partir de causas e efeitos e, ao mesmo tempo, acreditar na existência contínua da matéria” (HUME, 2009). Naturalmente quando observamos o mundo e tentamos o compreender, procuramos pelas causas, ou melhor, procuramos por suas ligações que as associam. O que Hume percebe é que “essa conexão, laço ou energia se encontra unicamente dentro de nós mesmos” (HUME, 2009) e não fora. Depois de um “certo” costume dessas conexões¹⁵, ocorre uma “ilusão da imaginação”, onde pensamos ter alguma compreensão das conexões, mesmo nos casos mais familiares e até mesmo científicos, e a estendemos ou as lançamos para um futuro, para um amanhã, com a plena convicção de uma certeza, gerando assim, o que o autor chama de *crença*.

Em Hume a imaginação põe-se no centro de sua filosofia, e entra em embate com o próprio entendimento, ela vai além do valor dado por seus antecessores e contemporâneos sendo indispensável para todo e qualquer raciocínio científico.

CONCLUSÃO

Grandes filósofos, como esses que foram anteriormente citados, viam na imaginação um papel fundamental para o conhecimento. Apesar de discordarem entre si, o papel da imaginação, para esses autores, sempre foi algo necessário para o esclarecimento de posições científicas, sendo consequência necessária para todo e qualquer um que se proponha a investigar sobre ciência.

Ao falar de conhecimento na filosofia, deve-se saber muito sobre a função ou o papel que a imaginação exerce sobre ele e a possibilidade dele (do conhecimento) através dela (da imaginação).

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *De Anima*. São Paulo: Editora 34, 2006.

¹⁵ Aqui a conexão é uma particular qualquer a ser conectada, como a conexão entre o fogo e fumaça. E não a conexão em si, que é da própria natureza humana.

BERKELEY, G. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DELEUZE, G. *Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. São Paulo: Editora 34, 2001.

DESCARTES, R. *Correspondência Seleccionada*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

_____. *Meditações metafísicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

_____. *Regras para direção do espírito*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

_____. *Discurso do Método*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

HUME, D. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: UNESP 2009.

_____. *Investigação sobre o entendimento Humano*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Lisboa: Editora Calouste, 2010.